

A queda de um herói – o Xanana Gusmão jornalístico e a condição efémera das personagens de imprensa

João Manuel Rocha

ESCS - Escola Superior de Comunicação Social; Instituto Politécnico de Lisboa

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal

E-mail: jrocha@escs.ipl.pt

Resumo

Xanana Gusmão, líder da resistência timorense contra a ocupação indonésia, era em 1999 descrito pela imprensa portuguesa como um herói romântico, um homem que só queria ser uma pessoa comum. Quinze anos depois, na sequência da expulsão de um grupo de magistrados pelas autoridades do já soberano Timor-Leste, os jornais retratam um Xanana muito diferente: o nessa altura primeiro-

ministro surge como opositor da Justiça e protector de interesses corruptos. Fazendo um confronto entre o “Xanana jornalístico” dos jornais *Diário de Notícias* e *Público* em 1999 e 2014, este artigo reflecte sobre a natureza dinâmica das personagens dos *media* noticiosos e sobre a sua condição efémera, que se considera ser determinada pelo *framing* orientador das notícias.

Palavras-chave: jornalismo, narrativas, personagem, *framing*

Abstract

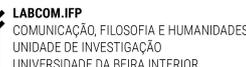
Xanana Gusmão, leader of the east timorese resistance against indonesian occupation, was in 1999 described by the portuguese press as a romantic hero, a man that only wanted to be a common person. But 15 years later, after the expulsion of a group of several magistrates by the authorities of the now sovereign East Timor, the newspapers portray a very different Xanana: the then prime-minister emerges

as an opponent to the rules of Justice and protector of corrupt interests. Based on the confrontation between the “journalistic Xanana” of the national daily newspapers *Diário de Notícias* and *Público* in 1999 and 2014, this article reflects on the dynamic nature of characters in the news media and their ephemeral condition, which is consider to be determined by the guiding framing of the news.

Este artigo beneficiou de investigação sobre o Xanana Gusmão de 1999 estudado em contraponto ao "vilão" Eurico Guterres no livro "Quando Timor-Leste foi uma causa", que integra a bibliografia

Data de submissão: 2017-09-02. Data de aprovação: 2017-12-04.

A *Revista Estudos em Comunicação* é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *Comunicação, Filosofia e Humanidades (LabCom.IFP) UID/CCI/00661/2013*.



Enquadramento

A 4 de Novembro de 2014, a imprensa portuguesa noticiou a expulsão por Timor-Leste de vários magistrados nacionais, por decisão do Governo chefiado pelo primeiro-ministro, Xanana Gusmão. Nos dias seguintes, sucederam-se informações que associavam o facto a investigações a membros do executivo timorense. Nos jornais emerge um Xanana bem diferente do herói romântico por eles retratado em 1999, quando o território, antiga colónia portuguesa ocupada desde 1975 pela Indonésia, ganhou a independência que o tornaria em 2002 no primeiro Estado do século XXI.

A surpresa com que em 2014 a imprensa “descobriu” outro Xanana ficou bem clara em alguns dos textos então publicados. Um dos exemplos mais evidentes foi dado pelo diário *i*, quando tituló: “Xanana Gusmão. Como está mudado o nosso herói da resistência” (Soares, 2014). O jornal, criado em 2009, e que portanto não noticiou os acontecimentos de 1999, manifestou nesse texto a sua quase estupefacção com o “novo” Xanana, recordando que “durante décadas o líder da resistência timorense fez o pleno nos apoios conquistados à esquerda e à direita em Portugal”; que, “inacessível, nas montanhas da ilha sitiado pelo feroz inimigo, o líder dos rebeldes timorenses caiu no gotto do povo português, que o entronizou como seu novo grande herói”. “Xanana tinha tudo. Era humilde, defensor dos fracos, resistia tenazmente a uma ocupação selvagem, foi preso e deportado para a cadeia de Cipinang, defendia a língua portuguesa naquela parte do mundo, e representava uma causa quixotesca face a um inimigo poderoso”, escreveu o *i*.

Este artigo não procura a motivação das expulsões nem a justeza das acusações de interferência do poder político timorense na justiça do país. Tão pouco pretende apurar consequências do episódio para as relações entre Portugal e Timor-Leste. Não se propõe também avaliar os efeitos do que aconteceu na imagem pública de Xanana Gusmão, que viria a deixar a chefia do executivo em Fevereiro de 2015, intenção anunciada mais de um ano antes. O que aqui se ensaia, a partir da análise do modo como o dirigente timorense foi retratado noticiosamente no caso dos magistrados, é uma reflexão sobre a natureza provisória, logo mutável, das personagens dos textos jornalísticos.

O interesse pelas personagens nos estudos jornalísticos decorre do seu papel como elemento estruturante da narrativa – alguém fez alguma coisa. A personalização das notícias, aqui entendidas num sentido lato, como abarcando o conjunto dos géneros informativos, é uma “receita incontornável com vista ao sucesso na respectiva recepção” (Mesquita, 2003, p. 112). “Personalizar” a informação jornalística permite tornar tópicos abstractos em registos “mais concretos e interessantes para a audiência” (McQuail, 2003, p. 283), aumenta a sua eficácia narrativa.

Esta reflexão pretende sublinhar o carácter dinâmico das personagens jornalísticas, a partir do confronto entre o Xanana de 1999, modelo do campo independentista que lutava há mais de duas décadas contra a ocupação indonésia, e o Xanana chefe de governo de 2014, associado a comportamentos eticamente questionáveis.

Caminhos metodológicos

Com o objectivo de fazer um confronto entre o Xanana apresentado pelos jornais em 1999 e em 2014, testando a hipótese de tratamento distinto num e noutro momento, foram escolhidos

para análise dois títulos de referência, designação de que o *Diário de Notícias (DN)* e o *Público* se reclamam, o primeiro no seu Estatuto Editorial (Apud, Mesquita, 1998, p. 215), o segundo no seu Livro de Estilo (1998, p. 25). A tradicional etiqueta de referência é questionável devido às mutações na imprensa noticiosa, mas continua a ser associada a jornais que privilegiam temas políticos, nacionais e internacional, sociais, económicos ou culturais e “exercem uma influência sobre os líderes de opinião e servem de exemplos aos jornalistas profissionais” (Merril, 2000, p. 11).

Considerando que se trata de perceber como é retratada noticiosamente uma pessoa, optou-se por proceder a uma pesquisa de géneros jornalísticos que o pudessem evidenciar. A opção recaiu no perfil, “peça jornalística centrada numa pessoa”, que “combina a biografia com a sua personalidade, obra e imagem” (Cascais, 2001, p. 150).

Para o ano de 1999, a pesquisa foi delimitada pelo período compreendido entre 1 de Agosto e 15 de Outubro, inclusive, de modo a abranger a fase antecedente e a subsequente ao referendo de autodeterminação de Timor-Leste, realizado a 30 de Agosto. O levantamento preliminar permitiu apurar que o Xanana “herói” de 1999 foi consagrado jornalisticamente em textos do género “perfil” publicados nos dois jornais – a 8 de Setembro, p. 7, no *Diário de Notícias*¹; a 19 desse mês, p. 5, um texto da agência noticiosa Lusa, no *Público*.

Relativamente a 2014, consideraram-se as edições compreendidas entre 4 de Novembro, o dia seguinte à decisão do executivo timorense, e 27 de Novembro – dois dias após a conclusão de uma visita, agendada antes das expulsões dos magistrados, do então ministro da Defesa de Portugal, Aguiar Branco, a Díli, capital de Timor-Leste. A inclusão das duas últimas edições destinou-se a captar eventuais ecos da visita do ministro e referências ao caso dos magistrados.

No período constituído por este *subcorpus* não foram publicados textos de tipo “perfil” sobre o dirigente timorense, o que não deixa de ser revelador do contexto de anticlímax da informação sobre Timor-Leste, em contraste com a exaltação de 1999, quando a cobertura jornalística feita pelo *Diário de Notícias* e pelo *Público* do referendo, da violência que se lhe seguiu e das incidências subsequentes, ofuscou nos dois jornais, durante semanas, toda a outra actualidade noticiosa nacional e internacional (Rocha, 2011)². Quinze anos depois, o noticiário dos dois jornais sobre a crise dos magistrados teve uma dimensão modesta e conforme à diversidade temática típica de uma publicação generalista.

Na ausência de perfis, para o período de 2014 optou-se pelo levantamento das referências ao então chefe do Governo timorense nos textos sobre as expulsões publicados nos mesmos dois jornais. Foram desse modo analisadas as 24 edições impressas do *Diário de Notícias* e *Público*, publicadas no período definido.

A opção pela análise das edições impressas foi tomada pelo facto de ter sido esse o suporte estudado para 1999, quando o *online* não tinha ainda a importância que veio a adquirir.

1. O mesmo perfil foi republicado a 30 de Setembro de 1999, num caderno especial que o jornal dedicou a Timor-Leste.

2. Um dos sinais da enorme atenção dada a Timor-Leste é a impressionante série de manchetes que o assunto mereceu. 40 em 43 possíveis no *Público*, no período compreendido entre 25 de Agosto e 6 de Outubro de 1999; 35 em 38 possíveis no *Diário de Notícias* entre 29 de Agosto e 5 de Outubro (Apud, Rocha, 2011, p. 70).

Identificado o objecto de estudo e constituído o *corpus*, foi feita uma leitura exploratória dos textos que o compõem: um perfil por cada jornal, em 1999; todos os trabalhos jornalísticos sobre as expulsões publicados nos dois jornais no período definido de 2014.

No caso de 1999, atendado à natureza do *subcorpus*, optou-se pela criação de uma tabela que que permitisse registar o modo como Xanana Gusmão foi apresentado nos perfis, seccionando, designadamente, dados pessoais, percurso e atributos. Tratando-se de uma pessoa foram definidas dimensões que, a partir dessa segmentação inspirada em práticas de análise de conteúdo qualitativas, permitissem “capturar” os traços que dela a narrativa expressa. Sem hipóteses de partida, procedeu-se à dissecação do texto procurando encontrar nele núcleos de sentido que possibilitassem inferências.

No que diz respeito a 2014, não tendo sido publicados perfis de Xanana, considerou-se adequada a identificação do léxico usado para apresentar o dirigente timorense nos textos jornalísticos sobre o caso dos magistrados, tanto nos informativos, notícias e entrevistas, como nos opinativos, designadamente editoriais. A lexicalização, usada por exemplo na Análise Crítica do Discurso, permite verificar qual é a abordagem semântica feita às personagens. A lexicalização, ou escolha de vocábulos a utilizar, implica “a atribuição de posições negativas ou positivas”, como observou Correia (2011, p. 99). “Aqui normalmente buscam-se palavras que implicam uma avaliação positiva ou negativa de um acontecimento ou de uma pessoa.”

Para procurar compreender as razões subjacentes aos modos como a personagem foi retratada jornalisticamente num e noutra momento entendeu-se relevante complementar essas análises textuais básicas com a tentativa de identificação do enquadramento, ou *framing*, dos textos sobre Xanana Gusmão, em 1999, ou em que é mencionado, em 2014.

A opção por uma abordagem que combina instrumentos inspirados em diferentes perspectivas analíticas – análise de conteúdo, análise crítica de discurso e *framing*, que não se restringem nenhuma delas a um único cânone – assenta no entendimento de que epistemologias e ferramentas metodológicas distintas podem complementar-se de modo proveitoso num mesmo esforço de compreensão dos modos como o discurso jornalístico faz a construção social da realidade.

É nosso entendimento que dimensões detectáveis tanto numa análise de conteúdo simples como numa identificação lexical influenciada pela análise crítica do discurso evidenciam o *framing* orientador, entenda-se: a ideia que enquadra a factualidade de que o texto jornalístico se reclama e que é também a proposta de leitura e interpretação das informações apresentada aos receptores.

Sobre a personagem

Para além do recurso a instrumentos analíticos usados no estudo dos *media* noticiosos, e atendendo a que se propõe uma análise centrada nas formas como foi retratado jornalisticamente Xanana Gusmão, entendeu-se também convocar reflexões que têm sido feitas nos estudos narrativos sobre a categoria “personagem”, o que alarga o quadro epistemológico desta abordagem. Pode falar-se em personagem nas narrativas jornalísticas?

Como observou Marc Lits, depois de ter sido subalternizada em favor de outras categorias narrativas, a personagem regressou em força com o declínio das “análises textuais de inspiração

linguística e estrutural” e passou a ser considerada “um dos motores de qualquer organização narrativa, ao ponto de não podermos imaginar narrativa sem personagem” (2009, 1).

Nos estudos narrativos, essa “redescoberta da personagem”, como lhe chama Carlos Reis, “conduziu a ponderação teórica e os seus efeitos operatórios a outros terrenos para além da ficção literária” (2016, p. 10). “Podemos continuar a falar da narrativa, da personagem e das suas figurações, quando estudamos o cinema, o discurso de imprensa, as narrativas televisivas, os videogramas, a publicidade, a historiografia, a hiperficção, a banda desenhada, o romance gráfico e até mesmo a comunicação quotidiana” (*idem*).

Contudo, uma questão que não deixa de interpelar estudiosos deste campo é a relação entre pessoa enquanto entidade ontológica e personagem, bem como o estatuto desta. Fotis Jannidis, um dos impulsionadores da renovação dos estudos sobre esta categoria no campo literário, afirma que a palavra ‘personagem’ é usada para referir os participantes em narrativas ficcionais, em contraste a ‘pessoas’ [entendidas] como indivíduos [que existem] no mundo real” (2009, p. 14).

A “construção textual e representação ficcional das personagens, a sua incompletude ontológica, e, em conexão com isso, a diferença entre o conhecimento da audiência sobre personagens, por um lado, e sobre pessoas, por outro” são, no essencial, as diferenças entre personagens e pessoas reais, consideram Eder, Jannidis e Schneider (2010, p. 11)

Focado nas narrativas mediáticas, Lits recorda que muitos romancistas buscaram inspiração na vida real, “situando-se na fronteira imprecisa entre real e ficção” (2001, 6), como mostram os exemplos que escolheu para sustentar a sua posição: *Le Rouge et le Noire*, de Stendhal, e *Balada da Praia dos Cães*, de José Cardoso Pires. Partindo “do postulado segundo o qual notícia é construída como uma narrativa” (2), considera que há uma “assimilação implícita” (6) entre “personagens do mundo da ficção e a pessoa real” (6), o que o leva a falar em “personagem mediática”.

De acordo com Peixinho e Marques (2016, p. 252), “se se entender a personagem como um ‘ser de papel’, para usar a metáfora barthesiana, como um ser construído no âmbito de uma história, também o jornalismo, nomeadamente nos seus dois principais géneros narrativos – a notícia e a reportagem – constrói personagens”.

A particularidade das personagens jornalísticas é que, submetidas embora a um trabalho de construção que mobiliza procedimentos comuns quer às narrativas factuais como às ficcionais, têm como referentes pessoas reais. O trabalho do jornalista está portanto balizado pelo “vínculo com o real”, de que fala Mário Mesquita. “Se na perspectiva do romancista ou do novelista é indiferente ou irrelevante a questão da correspondência entre a personalidade e a personagem, para o jornalista esse elo é fundamental. A personagem jornalística ‘representa’ idealmente um ser humano, identificado, com ‘existência real’” (2003, p. 134). Essa existência real implica que ao jornalista estão vedadas na construção da personagem dimensões da vida privada que os princípios deontológicos da sua profissão o impedem de convocar para a sua narrativa.

As personagens dos *media* noticiosos têm uma vida que, naturalmente, não se resume ao retrato que delas fazem os *media* noticiosos. Mas, como também observou Lits (2001, 7), com o exemplo de Bill Clinton e Boris Ieltsin, ex-presidentes norte-americano e russo, respectivamente, deve admitir-se que “a quase totalidade dos telespectadores e leitores de jornais” só conhece dessas duas pessoas, “eminentemente mediatizadas” o que sobre elas é divulgado pelos *media*, os quais

constroem uma personagem segundo “critérios de verosimilhança frequentemente sugeridos pelos serviços de comunicação dos homens políticos em questão”.

O heróico e modesto guerrilheiro de 1999

A informação constante dos dois perfis publicados pelo *Diário de Notícias* (Figura 1) e pelo *Público* (Figura 2) foi segmentada e organizada em categorias criadas a partir de uma leitura prévia e que deu origem à tabela, que a seguir se apresenta, com os traços biográficos e de personalidade do então líder da luta contra a ocupação indonésia e presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT).

O último herói romântico

Numa era em que parecia esgotado o mito dos revolucionários com causas nobres, ele relançou a imagem dos guerrilheiros românticos. As montanhas de Timor foram a sua Sierra Maestra.

Durante anos – demasiados anos –, Xanana Gusmão era uma referência difusa para a grande maioria dos portugueses. Foi na época em que apenas um escasso núcleo de resistentes nas redações dos nossos periódicos teimava em manter vivo o filão noticioso de Timor. Contra o parecer de todos os cépticos e todos os cínicos.

Hoje Xanana é uma figura celebrada à escala internacional. Nelson Mandela, Madeleine Albright e o ex-presidente americano Jimmy Carter fizeram roma-

gens à cadeia de Jacarta para falar com ele, perante batalhões de repórteres. As próprias autoridades indonésias deixaram de o tratar como um renegado, fazendo questão de o mostrar ao mundo sob qualquer pretexto. Até à libertação de 7 de Setembro, numa desesperada tentativa de Jacarta em desviar as atenções para o descalabro da situação em Timor.

O caso de Xanana constitui a demonstração viva de um aforismo tão velho como o mundo: as circunstâncias fazem o homem. A partida, com efeito, nada fazia prever tão fulgurante celebridade. Quando os ecos da Revolução dos Cravos chegaram a Díli, José Alexandre Gusmão era um simples amanuense da administração civil. À semelhança de tantos dos seus conterrâneos, parecia talhado para uma anónima carreira na função pública. Para trás ficara a infância na vila de Manatuto, onde nasceu em 20 de Junho de 1946, e a passagem pelo seminário de Dare, onde os padres jesuítas formaram tantas gerações de quadros timorenses. Xanana, que não era fadado para o sacerdócio, acabou por trocar as aulas do seminário pelo liceu D. Francisco Machado, em Díli. Os dois estabelecimentos proporcionaram-lhe a formação humanista que hoje bem evidencia, além da fluência em três idiomas – inglês, francês e latim.

Filho de um humilde mestre-escola, morto já este mês pelas milícias a soldo de Jacarta, Xanana passou a infância a ouvir histórias das atrocidades cometidas pelos japoneses quando ocuparam Timor durante a II Guerra Mundial – atrocidades que os indonésios largamente suplantariam. Rezam as crónicas que ficou

«assustado» com a radical transformação operada no território com o 25 de Abril de 1974. Mas no contexto da época, que forçava cada um a tomar partido, acabou por se filiar na Fretilin, assumindo as funções de fotógrafo do departamento de informação do movimento. Até à brutal invasão indonésia, em 7 de Dezembro de 1975.

Os três anos subsequentes constituem o maior período de sombra na sua biografia. Mergulhado na clandestinidade, Xanana emergiu em 1979 como líder máximo da Fretilin, praticamente decapitada desde a morte de Nicolau Lobato, no ano anterior. Com ele ao leme, tudo mudou. No plano militar, reorganizou a resistência a partir das bases situadas na ponta leste,

causando significativas baixas aos invasores. No plano político, ensaiou uma laboriosa aproximação aos restantes partidos que se opunham às tropas de Suharto, culminando na criação do abrangente Conselho Nacional da Resistência Maubere em Dezembro de 1988. No plano ideológico, levou a Fretilin a abandonar a rígida cartilha marxista-leninista. Muito antes da queda do Muro de Berlim. O mito podia ter ruído sem remissão no dia 20 de Novembro de 1992, quando uma emboscada indonésia surpreende Xanana em Díli. Mas é a partir daí que a sua aura de David contra o Golias javanês se impõe decisivamente no imaginário colectivo. Condenado a prisão perpétua em Maio de 1993, o líder timorense viu o ditador Suharto reduzir-lhe a pena para 20 anos de detenção na

cadeia de Cipinang. Mais tarde, ficaria detido em prisão domiciliária também na capital indonésia, onde se desdobrou em entrevistas à imprensa mundial.

Já depois de ter sido detido, Portugal atribuiu-lhe a Ordem da Liberdade e diversos doutoramentos honoris causa. Talvez para aliviar a má consciência por tantos anos de omissão na justa causa de Timor. José Alexandre Gusmão agradeceu as distinções, sem falsas modéstias, sublinhando sempre que sonha apenas ser um cidadão comum. Cidadão será. Comum é que não: como disse Ramos-Horta em 1996, ao receber o Nobel da Paz, «este prémio devia ser atribuído a Xanana». Para ele, o maior galardão será o regresso à pátria enfim liberta.

Pedro Correia



9, timor

Figura 1. Perfil de Xanana Gusmão publicado no *Diário de Notícias*. Edição de 8 de Setembro de 1999, p. 7

perfil

O guerrilheiro que foi sempre livre

JOSÉ ALEXANDRE Xanana Gusmão, líder incontestado da resistência timorense, chegou a pensar em emigrar para a Austrália antes do 25 de Abril de 1974. Não tinha ambições políticas, mas foi "apanhado" pelos acontecimentos em Timor-Leste e, em poucos anos, chegou ao comando da luta armada maubere.

Nascido a 20 de Junho de 1946 na região de Manatuto, no tempo da colonização portuguesa, Xanana (53 anos) começou por estudar no seminário de Dare, dirigido por jesuítas, e depois no liceu de Díli, que frequentou apenas até ao quinto ano. O seu primeiro emprego foi como operário da construção civil, mas nas horas vagas gostava de escrever poemas. Até que um dia, com "Maubereades", ganhou o prémio de poesia de Timor.

Segundo conta Emília, a mulher com quem casou em 1971 e de quem teve dois filhos (Zenilda e Nito), Xanana chegou a deslocar-se a Darwin, para sondar as hipóteses de arranjar emprego e emigrar com a família para a Austrália.

Mas ao regressar a Díli, em Outubro de 1974, a sociedade timorense estava em grande agitação porque, com o 25 de Abril em Portugal, tinham surgido partidos políticos e falava-se em independência. "Já não vamos para a Austrália. A minha terra precisa de mim", terá dito à mulher, e essas palavras trancaram o seu destino.

Contudo, não sentia apatia pela actividade partidária e demorou algum tempo a aceitar um dos vários convites que lhe foram feitos, aderindo à Fretilin como militante de base. Era um simples executante das directivas aprovadas pela direcção da Fretilin e o seu gosto pela escrita leva-o a trabalhar no departamento de informação, onde acumulava as funções de fotógrafo.

Quando se dá a invasão indonésia a 7 de Dezembro de 1975, Xanana está perto da fronteira indonésia para recolher informações sobre os primeiros ataques, que tinham começado em Outubro. Com o início da guerra, Xanana passa a clandestinidade e não volta a ver a mulher e os filhos, que tinham ficado em Díli. Emília chega a ser obrigada a viver com um indonésio antes de se refugiar na Austrália, onde reside.

Por ocasião das grandes campanhas de aniquilamento lançadas pelos indonésios contra a resistência em 1977 e 78, Xanana assume na frente leste as funções de adjunto do comissário político da zona, a primeira de uma série de promoções à medida que os quadros mais experimentados vão caindo em combate.

Após a morte em combate do comandante da guerrilha Nicolau Lobato, em Dezembro de 1978, Xanana inicia uma "longa marcha" de dois anos pelas montanhas, a reorganizar os grupos dispersos de guerrilheiros para continuarem a luta armada. O culminar desse processo é em Março de 1981 quando a resistência realiza na clandestinidade a sua primeira conferência nacional e ali é criado um Conselho Revolucionário no qual Xanana é eleito presidente, ao mesmo tempo que assume o comando das Falintil, o braço armado da Fretilin. No seio da guerrilha é chamado de "Kay Rala Xanana Gusmão".

Os êxitos da guerrilha levam os indonésios, numa primeira fase, a propor negociações para um cessar-fogo, que não se concretiza, e numa segunda fase a reforçar os seus efectivos militares e a lançar grandes campanhas para tentar capturar Xanana e Ma'Huno, os dois últimos sobreviventes do antigo comité central da Fretilin. Na segunda conferência nacional da resistência, Xanana defende a criação de um Conselho Nacional da

Resistência Maubere (CNRM), que já não se limita à Fretilin, sendo alargado a outras forças políticas, de modo a reforçar a unidade nacional.

Quando, a partir de 1987, os jovens das cidades pedem para se juntar à guerrilha nas montanhas, Xanana encoraja-os a ficar nas zonas ocupadas e lutar aí por todos os meios ao seu alcance: é o início das manifestações de massas que desembocam no massacre de Santa Cruz, em Novembro de 1991, e numa maior visibilidade da causa timorense em todo o mundo.

A 12 de Novembro de 1992, é a vez de Xanana cair em poder dos militares indonésios, na sequência de uma denúncia, quando se encontra escondido em casa de amigos em Díli. Na altura da sua prisão, as declarações de Xanana ao governador indonésio de Timor-Leste, Abílio Osório, em que punha em causa todo o seu passado e os seus ideais e em que se apresentava abatido e derrotado, suscitaram uma onda de protestos em todo o mundo quanto a alegadas torturas a que estaria a ser submetido.

Ontem, Xanana saiu de Jacarta sob forte protecção para se dirigir a Darwin, para onde convergem os principais dirigentes do CNRT, com o objectivo de preparar o regresso de todos a Timor-Leste. Depois de sair da cadeia, Xanana sai da Indonésia.

O que é uma espécie de segunda libertação.

Segue-se, em 1993, o julgamento que o condenou a prisão perpétua por actividades subversivas contra o Estado indonésio. Durante o julgamento identificou-se como indonésio, mas filou sempre em português. A pena perpétua viria mais tarde a ser comutada em 20 anos de prisão. Em Fevereiro deste ano, Xanana Gusmão foi transferido da prisão de Cipinang para uma residência-prisão em Salemba, no distrito central de Jacarta. Recentemente, a sua pena foi comutada em mais cinco meses.

Com a queda de Suharto, em Maio último, inicia-se um processo de mudança política na Indonésia em que o movimento democrático se manifesta pela libertação de todos os presos políticos, incluindo Xanana Gusmão, e pela autodeterminação de Timor-Leste. Considerado por muitos observadores como o "Nelson Mandela de Timor", Xanana desenvolveu esforços para o alcance de uma solução pacífica para a questão de Timor-Leste.

Xanana afirmou em diversas ocasiões não pretender ser Presidente de Timor-Leste quando o território for independente, mas os seus seguidores e muitos observadores consideram que ele é a pessoa indicada para dirigir o futuro país. Na sequência dos acordos de Nova Iorque, que finalmente estabeleceram a realização de uma consulta popular para o povo timorense escolher o seu futuro, entre a autonomia em relação à Indonésia e a independência, as autoridades indonésias comprometeram-se a libertá-lo uma semana após o referendo, que decorreu a 30 de Agosto.

Após sete anos em cativeiro, José Alexandre Xanana Gusmão foi libertado pelas 10h45 (hora da Indonésia, 4h45 de Lisboa) do dia 7 de Setembro de 1999 e acabou por ser ele mesmo, entre conversações com o ministro da Justiça de Jacarta, a decidir o dia e o local da sua libertação.

Kay Rala Xanana Gusmão saiu da prisão numa altura em que Timor-Leste, ou Timor Lorosae, a designação do futuro Estado, estava a "fazer e fogar" pelas mãos das milícias pró-integração (com a ajuda de militares e polícias indonésios). E o mundo — que acompanha a par e passo a situação no território — temeu pela sua segurança.

Ontem saiu de Jacarta sob forte protecção para se dirigir a Darwin, para onde convergem os principais dirigentes do Conselho Nacional de Resistência Timorense, com o objectivo de preparar o regresso de todos a Timor-Leste. Depois de sair da cadeia, Xanana sai da Indonésia. O que é uma espécie de segunda libertação. ■

Lusa

Figura 2. Perfil de Xanana Gusmão no *Público*.

Edição de 19 de Setembro de 1999, p. 5

Tabela

	<i>Diário de Notícias</i>	<i>Público</i>
Dados pessoais / origem	<ul style="list-style-type: none"> – infância em Laleia, distrito de Manatuto, onde nasceu a 20 de Junho de 1946; – filho de um humilde mestre-escola era um simples amanuense da administração civil [...] parecia talhado para uma anónima carreira na função pública. 	<ul style="list-style-type: none"> – nascido a 20 de Junho, na região de Manatuto, 53 anos; – casou em 1971 com Emília, de quem teve dois filhos; – foi operário da construção civil, mas nas suas horas vagas gostava de escrever poesia; – chegou a pensar emigrar para a Austrália antes do 25 de Abril.
Habilitações/ Formação	<ul style="list-style-type: none"> – passagem pelo seminário de Dare; – acabou por trocar as aulas do seminário pelo Liceu D. Francisco Machado, em Díli; – passou a infância a ouvir histórias das atrocidades cometidas pelos japoneses; – fluência em vários idiomas. 	<ul style="list-style-type: none"> – estudou no seminário de Dare, dirigido por jesuítas, e depois no Liceu de Díli, que frequentou apenas até ao quarto ano;
Itinerário político	<ul style="list-style-type: none"> – acabou por se filiar na Fretilin [Frente de Libertação de Timor-Leste], assumindo as funções de fotógrafo; – mergulhou na clandestinidade; – emerge em 1979 como líder máximo da Fretilin; – reorganizou a Resistência, causando significativas baixas aos indonésios; – ensaiou a aproximação aos restantes partidos que se opunham às tropas de Suharto; – criador do CNRM [Conselho Nacional da Resistência Maubere]; – levou a Fretilin a abandonar a rígida cartilha marxista-leninista, muito antes da queda do Muro; – preso em Díli em 1992; – condenado a prisão perpétua em 1993; Portugal atribuiu-lhe a Ordem da Liberdade e diversos doutoramentos honoris causa; – figura celebrada à escala internacional. 	<ul style="list-style-type: none"> – simples executante das directrizes aprovadas pela direcção da Fretilin; – trabalhava no departamento de informação, onde acumulava as funções de fotógrafo; – após morte de Nicolau Lobato, em Dezembro de 1978, inicia uma ‘longa marcha’ a reorganizar grupos dispersos de guerrilheiros; – em 1981 torna-se presidente do Conselho Revolucionário e assume comando das Falintil [Forças Armadas de Timor-Leste], o braço armado da Fretilin; – defende a criação de um CNRM [Conselho Nacional da Resistência Maubere] alargado a outras forças políticas; – a 12 de Novembro de 1992 cai em poder dos indonésios; – em 1993, o julgamento que o condenou a prisão perpétua; – sete anos de cativoiro.
Traços de carácter	<ul style="list-style-type: none"> – autoridades indonésias deixaram de o tratar como um renegado; – as circunstâncias fazem o homem (...) nada permitia antever tão grande celebridade; – ficou assustado com a radical transformação operada no território após o 25 de Abril; – com ele tudo mudou; – aura de David contra Goliás javanês – sonha ser cidadão comum. 	<ul style="list-style-type: none"> – não tinha ambições políticas, foi “apanhado” pelos acontecimentos; – não sentia apetência pela actividade partidária; – esforços para uma solução pacífica; – não quer ser Presidente; – “Já não vamos para a Austrália, a minha terra precisa de mim” terá dito à mulher;
Traços físicos		

Afinidades electivas	<ul style="list-style-type: none"> – relançou a imagem dos guerrilheiros românticos (as montanhas de Timor foram a sua Sierra Maestra); – Nelson Mandela, Madeleine Albright e o ex-presidente americano Jimmy Carter fizeram romagens à prisão para falar com ele. 	– considerado por muitos observadores “o Nelson Mandela de Timor.”
Outros dados		– ganhou prémio de poesia em Timor.

Os perfis jornalísticos de Xanana Gusmão publicados em 1999 revisitam as suas origens e trajecto, e deles sobressai a imagem de que só queria ser um homem comum. A ausência de descrição física pode ser compreendida pelo facto de ser alguém que, devido ao enorme volume de noticiário sobre a questão timorense na época em todos os meios noticiosos portugueses (Rocha, 2001), se presume ser conhecido dos leitores. Os dados biográficos do dirigente retratam alguém que combina qualidades comuns – modéstia, simplicidade, altruísmo – com virtudes de líder e estadista – como determinação ou capacidade de diálogo.

O *Diário de Notícias* apresenta-o no título como “O último herói romântico” e o *Público* como “O guerrilheiro que sempre foi livre”. Xanana é, no primeiro jornal, um fruto das “circunstâncias”, que se revelará um reorganizador e bem-sucedido chefe militar, estratégia político e reformador no plano ideológico – factores que concorrem para que seja inscrito na linhagem dos “guerrilheiros românticos” e se torne uma “figura internacional”, ainda que a nada mais aspire do que à condição de “cidadão comum”.

No *Público* são destacadas a mesma ausência de “ambições políticas”, idênticas qualidades de organização, competência militar, capacidade estratégica, habilidade política para unificar sensibilidades diferentes e, finalmente, para trabalhar para uma solução pacífica. O seu trajecto é também aí apresentado como resultado das circunstâncias – a morte em combate de “quadros mais experimentados” –, perante as quais não se escusou a dar o seu contributo.

As referências a habilitações e formação são escassas nos dois jornais, mas ambos as lêem como passos determinantes para forjar o carácter do líder e justificar o seu trajecto posterior: ele recebeu “formação humanista” (*DN*), ele “passou a infância” a ouvir histórias de atrocidades cometidas pelos japoneses (*idem*).

Devemos ter presente que, sobretudo em contextos em que os ritmos de produção se aceleram e as redacções se debatem com falta de meios, a construção de personagens, tal como a generalidade do trabalho jornalístico, depende, muitas vezes, menos de investigação efectiva e mais de informações prestadas por fontes “próximas”, que proporcionam factos mas também leituras – enquadramento, ou *frames*, que o jornalista pode, ou não, incorporar nos seus textos.

Muitas das informações contidas nestes perfis são tributárias da capacidade demonstrada pela resistência timorense para se adaptar às “rotinas” noticiosas (Monteiro, 2002, pp. 279-280), fornecendo dados a uma imprensa portuguesa que, a partir da divulgação do vídeo de um massacre de Santa Cruz, em Díli, em Novembro de 1991 – acontecimento que inscreve o “tema” na opinião pública (Matos, 1999) – mostrou predisposição para acolher informação sobre a luta contra a ocupação indonésia da antiga colónia oriental.

Ainda que esse dado seja relevante, designadamente quando se trata de construir uma imagem positiva da personagem, deve ter-se presente que o jornalista selecciona de entre os elementos informativos que lhe possam ser disponibilizados, ou a que aceda em resultado do seu esforço de pesquisa, aqueles que darão forma à sua personagem. O que escreve é também uma interpretação e construção. Essa construção da personagem é feita no uso da sua “ampla margem de liberdade” do jornalista (Mesquita, 2003, p. 135) para fazer escolhas e encadeamentos que lhe permitem modelar os retratos, criando personagens. As considerações que o jornalista possa fazer ajudam a situar o lugar em que se situa. É o que acontece quando, por exemplo, Xanana é apresentado como resultado do contexto: “As circunstâncias fazem o homem [...] nada permitia antever tão grande celebridade” (*DN*, 1999); “não tinha ambições políticas, foi ‘apanhado’ pelos acontecimentos” (*Público*, 1999).

Nesse ano, os considerandos de ambos os jornais fundamentam-se em elementos quer da biografia política quer do retrato psicológico que é por eles ensaiado: Xanana “ficou assustado com a radical transformação” provocada pelo 25 de Abril (*DN*) e “não tinha apetência pela actividade partidária” (*Público*), mas “acabou por se filiar” na Fretilin (Frente de Libertação de Timor-Leste, organização independentista) (*DN*). A fórmula “acabou por” serve para vincar as reservas que teria posto ao envolvimento político. As referências convergem no sentido de valorizar qualidades positivas que reforçam o carácter comum da personagem, a par dos seus traços distintivos.

O nome comum de José Alexandre Gusmão confere com a condição de “simples amanuense da administração civil” que “parecia talhado para uma anónima carreira na função pública” (*DN*). O passado contribui para explicar a singularidade da personagem: será por ser simples e desinteressado que Xanana tão grande se tornou. A imagem comum do primeiro Xanana é reforçada pela revelação de que foi operário – ainda que um operário com esse traço invulgar de gostar de escrever poesia – e que chegou a pensar em emigrar para a Austrália.

A decisão, tomada em 1974, de permanecer em Timor-Leste é um ponto de viragem que dá um sentido diferente ao percurso posterior: empresta à personagem um traço de determinação e uma condição que, lida anos mais tarde, ganha novo sentido, dando a Xanana um carácter quase predestinado: “Já não vamos para a Austrália. A minha terra precisa de mim”, terá dito à primeira mulher, numa declaração inserida no perfil do jornal *Público*.

O retrato de Xanana é em muito devedor das situações evocadas na sua elaboração. A determinação manifestada pela decisão de permanecer em Timor, abdicando da miragem de um “El Dorado” australiano, é acentuada por nova decisão de vencer receios e falta de apetência e acabar por se envolver na actividade política – opção que não pode deixar de se subentender como altruísta – para a qual transporta qualidades que vão estruturar o seu trajecto e a imagem da resistência à ocupação indonésia, que liderará a partir do início da década de 1980: modéstia, simplicidade, desinteresse pessoal.

O itinerário político de Xanana cruza-se com o da resistência armada à Indonésia que é, ela própria, moldada pelo líder. Os perfis dizem-nos que sem descurar a componente militar e “causando significativas baixas aos indonésios”, com ele “tudo mudou” (*DN*). “Reorganizou” a resistência e “ensaiou a aproximação” a todos os que se opunham ao ocupante – o que só foi possível devido a uma opção que lhe acrescenta às qualidades de militar, organizador e conciliador, a de

precursor: visionário, “levou a Fretilin a abandonar a rígida cartilha marxista-leninista, muito antes da queda do muro” de Berlim (*DN*).

A argúcia que lhe é atribuída manifesta-se no conselho que dava aos jovens que pretendiam juntar-se à guerrilha na montanha – pedia-lhes que permanecessem nas cidades, onde o seu papel seria importante. O comportamento durante o julgamento a que é sujeito em 1993 ilustra o sentido táctico que lhe é associado: “Identificou-se como indonésio, mas falou sempre em português” (*Público*), num julgamento que cumpriu também outro objectivo: “‘abriu’ o território” ocupado de Timor-Leste “à imprensa ocidental” (*DN*), que ali se deslocou para cobrir um julgamento em que um diferente comportamento de Xanana seria favorável às pretensões integracionistas da Indonésia. O percurso de combatente dera-lhe já antes a “aura de David contra o Goliás javanês” (*DN*) e levou a que mesmo as autoridades indonésias acabassem por reconhecer os seus méritos, quando deixaram de o tratar como renegado.

Apresentado como responsável pelo relançar da “imagem dos guerrilheiros românticos”, com recurso a expressões de imaginários de esquerda (“as montanhas de Timor foram a sua Sierra Maestra” – *DN*/ após a morte de Nicolau Lobato inicia uma “longa marcha” – *Público*), Xanana surge como um guerrilheiro estranho ao tempo presente. O título do texto do *DN* é sintomático: “O último herói romântico”.

Ambos os jornais referem afinidades electivas do dirigente timorense com outras personalidades, no que se afigura como uma intenção de “reforçar a imagem, através de um efeito de contágio” (Mesquita, 1998, p. 87): “Nelson Mandela, Madeleine Albright e o ex-presidente americano Jimmy Carter fizeram romagens à prisão para falar com ele” Xanana (*DN*), considerado por muitos observadores “o Nelson Mandela de Timor”, como refere o texto reproduzido pelo *Público*. “Figura celebrada à escala internacional” (*DN*), Xanana nem por isso perdeu as qualidades iniciais, pelo que “não quer ser presidente” (*Público*), antes “sonha ser cidadão comum” (*DN*).

O enunciar da ambição de ser homem comum fecha o ciclo do percurso do herói da resistência quando se consuma o êxito da luta que liderou. Xanana não almeja mais do que cumprir o desejo inicial de uma existência simples. Mesmo traços que, noutra contexto, poderiam adquirir carga negativa – ter ficado assustado com as mudanças associadas ao 25 de Abril – são reinvestidos de sentido. Lidos à luz do trajecto posterior, convergem para o quadro geral de representações positivas que aproximam o líder timorense da ideia de “herói”, de alguém que “sobressai por feitos guerreiros ou actos de grande coragem” (Casteleiro, 2001, p. 1973).

Histórias como as que constroem o perfil de Xanana Gusmão são um dos processos que, funcionando como “restrição do campo de liberdade das personagens, como predeterminação do seu destino”, acentuam a “redundância global do enunciado e a previsibilidade da narrativa, portanto a determinação das personagens” (Hamon, 1979, p. 111). Tal como a exposição das motivações psicológicas da personagem justificam a sua “coerência psicológica” ou “o aparecimento de um acto importante” (idem).

O Xanana da imprensa portuguesa em 1999, herói romântico, símbolo da resistência à ocupação indonésia, aproxima-se da “personagem plana”, de complexidade reduzida tipificada por Forster (1982, p. 73), tendo em mente a ficção. Para ele, quando uma personagem se constitui “em torno de uma única ideia ou qualidade”, nunca surpreende, é “plana”; e quanto tem “capacidade para surpreender de forma convincente” é “redonda” ou “espessa” (idem, p. 81).

Os dados que dão forma aos retratos de imprensa que dele são feitos mais não fazem do que sustentar uma ideia pré-estabelecida com um mínimo de eventuais ruídos desviantes. Mesmo aspectos do seu percurso que poderiam perturbar essa linearidade – como algumas declarações que fez depois de ter sido capturado em 1992, em que tacticamente se declarou indonésio e apelou à deposição das armas, para depois, na presença da imprensa internacional, repudiar a cidadania e o domínio indonésio –, são interpretados a partir da ideia pré-existente sobre a nobreza da luta conta a ocupação, reforçada pelas explicações que mais tarde deu.

Na sua reflexão sobre a construção da personagem em géneros paraliterários, Daniel Couégnas considera que à medida que acrescenta novos dados sobre as “prestações” da personagem, o narrador, aqui o jornalista, procuraria apenas “exemplificar, ilustrar e confirmar repetitivamente os traços da ficha sinalética” que inicialmente estabeleceu (Couégnas, 1992, p. 156).

Político “mediocre” e “arrogante” em 2014

Em 2014, na qualidade de chefe de um Governo associado à expulsão dos magistrados – cinco juízes, um procurador, um antigo oficial da polícia, todos portugueses, e um procurador cabo-verdiano –, Xanana Gusmão surge também como protagonista. Ele é – de modo explícito no discurso directo de envolvidos, de modo implícito no subtexto jornalístico – acusado, por surgir como suposto cúmplice e mesmo obreiro de alegada obstrução à Justiça. E esse protagonismo transforma-o em personagem, personagem controversa por aparecer associada à ideia de que teria pretendido encobrir actos de corrupção de membros do seu executivo.

Para identificar os traços caracterizadores da personagem Xanana fez-se, como proposto, o levantamento das referências feitas ao dirigente timorense nas 24 edições do *DN* e do *Público* estudadas. No *Diário de Notícias* foram publicados 22 textos em que o nome de Xanana Gusmão é mencionado, incluindo quatro entrevistas: duas a magistrados expulsos, uma a um ex-primeiro-ministro timorense, Mari Alkatiri, a outra a uma deputada socialista europeia e antiga representante diplomática de Portugal na Indonésia, Ana Gomes. Dos 22 textos, um nada tem a ver com as expulsões, um apenas marginalmente remete para o assunto e um terceiro é a entrevista à deputada, que inclui uma única pergunta sobre o líder timorense e o caso.

No *Público* o nome de Xanana é mencionado em 19 textos que, tal como no *DN*, têm dimensão variável e nos quais o seu nome aparece muitas vezes apenas acessoriamente, por ser o chefe do Governo, e sem qualquer informação que contribua para uma caracterização da personagem. É o que acontece, por exemplo, numa notícia do *Público* que, a 16 de Novembro, é citado a anunciar a data de uma visita a Portugal do seu ministro da Justiça; ou a quando, a 25 de Novembro, é noticiado que o ministro português da Defesa se encontrará com ele.

Nos registos puramente noticiosos, encontram-se pontualmente expressões que podem remeter para uma avaliação de carácter – “Xanana, farto dos tribunais, pediu imunidade para os ministros e uma auditoria” (*DN*, p. 3, edição de 5 de Novembro); “Xanana ignorou pedido de explicações de Passos Coelho” (*Público*, p.7, edição de 5 de Novembro); Xanana é alguém capaz de uma “abrupta decisão” (legenda, p. 8, edição de 7 de Novembro do *Público*). Sublinhem-se “farto”, “ignorou” e “abrupta” que no contexto remetem para uma implícita apreciação negativa dos seus comportamentos.

Apesar de as soluções lexicais “colarem” o dirigente timorense a um episódio envolto em suspeição, no género notícia ambos os diários observam uma sobriedade e distanciamento associados à sua condição de “jornais de referência”. Mas essa sobriedade não esconde o posicionamento do jornal. Independentemente de atributos caracterizadores de Xanana, a mera associação da sua figura à factualidade de que o discurso jornalístico se reclama cria uma percepção negativa sobre o seu papel no caso dos magistrados, oferece um enquadramento, um *framing* de interpretação.

Nos registos noticiosos, os atributos negativos associados a Xanana Gusmão surgem de forma mais vincada no discurso directo de vítimas das expulsões: “Não tenho dúvidas de que está envolvido em casos de corrupção. E tenho provas”, disse ao *DN* José de Brito, subcomissário da PSP que trabalhava na Comissão Anti-Corrupção e afirma ter sido ameaçado por “capangas do Xanana”(edição 9 de Novembro, p. 14). Numa entrevista publicada no mesmo jornal, dias depois, Brito reforça a ideia: “Não sou o primeiro a falar do envolvimento de Xanana. Nos últimos quatro anos foram várias as vozes dentro e fora de Timor a afirmar que Xanana é um corrupto” (edição de 12 de Novembro, p. 12).

No *Público*, a também magistrada Glória Alves denuncia interferências do poder político na justiça e aponta o dedo: “Há duas resoluções [uma delas a de expulsão] que estão assinadas pelo conselho de ministros e pelo senhor Xanana Gusmão. É claro de onde vêm as pressões, basta ler” (edição 11 de Novembro, p.8). Dois dias depois diz, no mesmo jornal, que o primeiro-ministro foi “apupado e apelidado de corrupto” na cerimónia dos 23 anos do massacre de Santa Cruz (edição 13 de Novembro, p. 48).

O discurso directo dos entrevistados desresponsabiliza formalmente o jornal – recorde-se Tuchman (1972) quando sinalizou o uso ponderado de aspas com um dos atributos formais das notícias usados pelos jornalistas para se colocarem num plano exterior ao que narram e invocarem a sua objectividade –, mas devemos ter presente que a escolha de entrevistados e a correspondente valorização das suas opiniões deve também ser vista como sinal do investimento num dado assunto e das perspectivas que se entende serem valorizadas.

Nas notícias e nas entrevistas são praticamente inexistentes referências à biografia de Xanana. Os textos que mobilizam traços da sua biografia são escassos. No *Público*, o único registo desse tipo encontra-se na rubrica dominical “Quem os viu e quem os vê” – uma fotolegenda escrita a partir de duas imagens, uma recente; outra do ano 2000, com Xanana ao lado do então primeiro-ministro português, António Guterres, num momento em que Timor não era ainda independente e quando, recorda o jornal – num reconhecimento do modo embevecido como o dirigente era visto em Portugal – “cada frase que dizia gerava lágrimas e emoção”.

O texto revela um claro desencanto:

“[...] Há quem defenda, em relação a Timor e outros países com histórias semelhantes, que é irrealista transformar antigos guerrilheiros que passaram décadas a lutar na clandestinidade em democratas e homens de Estado. Xanana tinha de ter sido o primeiro Presidente de Timor. Como na África do Sul, o primeiro só podia ter sido Mandela. A forma humilhante como expulsou os magistrados internacionais, como se fossem bandidos com lepra, dá razão aos cépticos de 2000.”

(edição de 9 de Novembro de 2014, p.3)

No *DN*, a incursão pelo trajecto do dirigente timorense encontra-se no artigo “Xanana Gusmão: há 36 anos a dizer que só quer é cuidar da terra e escrever poesia” (edição de 16 de Novembro, p. 10-11). Aí se recorda que Xanana “desde sempre fez questão de se afirmar como um líder accidental” e – a partir de fontes “resguardadas no anonimato” – é partilhada “a tese mais simples de todas desde que o caso [dos magistrados] se iniciou: Xanana Gusmão quer proteger gente do governo em quem confia”. O antigo chefe da resistência seria no país “ainda o principal factor de unidade, embora em erosão” (p.13). Para o jornal, Xanana não perdeu a argúcia e foi sempre, “aquilo que ainda hoje é, um líder político”. (idem)

Este último é o único texto publicado no período estudado de 1999 como de 2014 que foge ao esquematismo de um retrato linear da personagem e ensaia, ainda que muito ligeiramente, uma abordagem que, se mais aprofundada, remeteria para um carácter complexo da figura de Xanana.

Ainda que os dados biográficos em 2014 sejam escassos, a apreciação sobre o seu comportamento tem sempre como referente o passado “heróico”. Isso é claro em duas entrevistas publicadas pelo *DN*: uma delas a uma procuradora directamente envolvida no caso, a outra à representante diplomática de Portugal na Indonésia em 1999. “É uma pena que um guerrilheiro como ele esteja a destruir o país e a sua democracia”, disse a magistrada expulsa Glória Alves (edição de 13 de Novembro, p.3). “Conheço-o bem. Conheço os seus pontos fortes e os seus pontos fracos. Digamos, portanto, que admito que nesta crise alguns dos pontos fracos vieram ao de cima e isso é mau para ele. E mau para Timor”, declarou a deputada do Parlamento Europeu Ana Gomes (edição de 15 de Novembro, p. 11).

Particularmente reveladores da metamorfose da personagem jornalística são, contudo, os editoriais, onde também está sempre subjacente o “outro” Xanana. De entre os textos jornalísticos, o Editorial é particularmente importante para perceber o posicionamento do jornal porque “representa, tradicionalmente, o ponto de vista desse órgão de informação sobre um importante tema da actualidade” (Cascais 2001, 77).

Em 1999, ambos os jornais publicavam editoriais assinados, em 2014 isso acontece apenas com o *Diário de Notícias*. Esta é uma solução que confere a esses textos uma dupla natureza, eventualmente produtora de equívocos: enquanto “editorial” expressa o ponto de vista da publicação, o que lhe dá um peso institucional; mas a assinatura vincula o seu autor, ainda que um autor com responsabilidades particulares porque integra a direcção editorial, logo é responsável pela orientação da publicação.

E que dizem sobre Xanana os editoriais do *DN* e do *Público* em 2014?

Dos dois publicados sobre o tema no *DN*, um deles, da autoria de Mónica Bello, directora adjunta, expressa desencanto pelo que acontece num país que quando se tornou independente foi “apresentado à comunidade internacional como exemplo do respeito pelos valores democráticos e direitos humanos. No outro, intitulado “O erro em Timor”, o director, André Macedo, é particularmente crítico para Xanana, que diz ser “o combatente pela liberdade que entretanto se transformou em político medíocre” e que “mente apenas para abafar as investigações de corrupção que recaem sobre o seu governo” (8 de Novembro, p. 6).

No caso do *Público*, é dedicado um editorial à expulsão dos magistrados (5 de Novembro, p.44) com o título “A arrogância de Xanana”. Apesar da menção directa no título ao dirigente timorense, o texto centra-se essencialmente nas debilidades do sistema judicial timorense. “A

arrogância de Xanana” do título converte-se no texto em “arrogância demonstrada pelo poder”, desaparecendo a referência directa ao primeiro-ministro.

O jornal afirma, contudo, que Xanana Gusmão fala como se os magistrados “tivessem cometido um crime de enorme gravidade”. Ainda que o seu nome não seja explicitamente mencionado, ele é, na qualidade de chefe do Governo, implicitamente, e por sinédoque, apresentado como o responsável por uma decisão do executivo que o jornal considerada “incrível”, por um tratamento “humilhante” dos magistrados, pelo “injusto” que é “transformar os estrangeiros em bodes expiatórios para a sua frustração”. Xanana seria pois alguém capaz de decisões incríveis, de tratamentos humilhantes, de injustiças.

O *framing* de adesão e o *framing* de suspeição

Gradim (2016, p. 17) lembra que “diferentes investigadores falando de *framing* podem estar a referir-se a coisas distintas”, desde logo porque sob essa etiqueta se podem encontrar perspectivas e trabalhos de diferentes disciplinas. Focado no campo da comunicação, Entman (1993) notou que os *frames* podem ser identificados no “comunicador”, no “texto”, no “receptor” e na “cultura” do grupo destinatário. Não sendo este o lugar para uma revisitação dos desenvolvimentos que este paradigma vem conhecendo, sublinha-se apenas o que diferentes investigadores já salientaram: que há *frames* dos *media* e *frames* da audiência, que os primeiros não podem ignorar as fontes e que a sua eficácia deverá ter em conta o universo cultural dos segundos que é também ele um *frame*.

O *framing*, ou enquadramento, “envolve essencialmente selecção e saliência. Enquadrar é seleccionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes numa comunicação, de modo a promover uma definição particular do problema, [uma] interpretação causal, [uma] avaliação moral e/ou [uma] recomendação de tratamento para o item descrito. Normalmente, *frames* diagnosticam, avaliam e prescrevem”, escreveu também (Entman, 1993, p.52).

Embora extraídos do grande volume de noticiário que os dois jornais diários portugueses dedicaram a Timor-Leste e que aqui são analisados isoladamente, os dois perfis publicados em 1999 devem ser entendidos no quadro mais vasto de uma cobertura jornalística marcada por um “ambiente geral de adesão emocional à causa independentista” (Rocha, 2011, p. 24) que é o *frame* em que se inscrevem os perfis jornalísticos analisados.

O *frame* de adesão é, entre outros dispositivos, perceptível na mudança detectada num aspecto marginal à presente análise: a mudança da designação “Timor-Leste” para a conotada “Timor Lorosae”³, numa apropriação da linguagem independentista que evidencia a também a forma como os jornais encararam o processo, a sua ordem de valores, o lugar onde se situam como sujeitos de enunciação.

Mesmo que nos abstraíssemos do contexto da cobertura de 1999 que é já em si um enquadramento, os títulos dos perfis – “O último herói romântico” e “O guerrilheiro que sempre foi livre”

3. “Timor Lorosae” é a expressão em tétum para “Timor do Sol nascente. Segundo Joaquim Trigo Negreiros, jornalista que durante anos acompanhou para o *Público* a questão timorense, a decisão de designar desse modo o território mereceu o acordo de várias sensibilidades timorenses num encontro realizado em 1997 na Austrália (Rocha, *opcit.*, p. 102)

Investigações incómodas levam Timor a expulsar magistrados portugueses

Dili ordenou a expulsão de cinco juizes, um procurador e um antigo oficial da PSP que integrava a comissão anticorrupção de Timor-Leste. No texto de resposta, Governo português “deplora” a expulsão

Diplomacia
Luciano Álvarez, Nuno Ribeiro e Bárbara Reis

O Governo português, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, afirmou ontem que “deplora” a expulsão de magistrados portugueses pelo Governo de Timor-Leste.

Dili ordenou aos serviços de migração a expulsão dos funcionários judiciais internacionais, incluindo cinco juizes, um procurador e um antigo oficial da PSP, todos de nacionalidade portuguesa.

Uma resolução do Conselho de Ministros, publicada ontem no bo-



“dependente dos esclarecimentos que venham a ser prestados pelas autoridades timorenses”.

Horas depois da inesperada decisão de Dili, um alto funcionário português disse ao PÚBLICO que, na prática, o que o Governo timorense fez foi “trancar os vistos” dos funcionários portugueses, de modo a forçar a sua saída do país. Na semana passada, houve uma primeira decisão no sentido de não renovar os contratos destes funcionários estrangeiros. Na altura, porém, o presidente do Tribunal de Recurso timorense, o juiz Guilhermino da Silva, disse que não aceita essa decisão do Parlamento e do Governo e deu ordem aos mi-

Figura 4. Notícia do *Público*, edição de 4 de Novembro, p. 13

O *Público*, no dia 4, escreve na primeira página: “Timor-Leste. Magistrados portugueses expulsos após investigações incómodas”. Essa chamada, apenas com título sobre foto de arquivo Xanana Gusmão com Passos Coelho, então primeiro-ministro de Portugal, remete para a página 13, onde no título é repetida a mesma informação reescrita de modo inverso: “Investigações incómodas levam Timor a expulsar magistrados portugueses” (Figura 4). Na entrada, é dito que “Dili ordenou a expulsão de cinco juizes, um procurador e um antigo oficial da PSP que integrava a comissão anticorrupção de Timor-Leste. No texto de resposta, Governo português “deplora” a expulsão”

No dia 5, o jornal titula que a “Justiça portuguesa unida faz frente a Governo de Timor” e no dia 6 que “Não há prazo para retomar cooperação judiciária com Timor”. A palavra-chave identificadora dos textos é, em todos esses dias é Diplomacia, embora as acções concretas noticiadas: a expulsão no primeiro dia, as reacções de desagrado dos órgãos judiciais portugueses no segundo e suspensão da cooperação judiciária no terceiro, sejam reveladoras da desconfiança com que as autoridades timorenses passam a ser encaradas.

O *frame* de adesão em 1999, o *frame* de suspeição, em 2014, surgem pois como ideias orientadoras da cobertura e da construção de textos.

Carvalho considera que a principal intervenção que o autor faz é seleccionar um ângulo da realidade e que essa operação é uma importante parte do *framing*, do acto de “enquadrar” uma certa realidade (2008, p.169). Enquadrar, fazer *framing*, é “organizar o discurso de acordo com um determinado ponto de vista ou perspectiva” (*idem*). Nas palavras de Correia (2011, p. 69), o enquadramento, ou *framing*, na produção seria “um tipo de mensagem que visa ordenar ou organizar a percepção do observador, dizendo: ‘Tenha em conta o que está dentro e não que está fora’.” Seria procurar fazer convergir as atenções para uma “moldura” colocada sobre a realidade em fundo.

Recorrendo também a Entman, Carvalho considera que na produção de textos o *framing* envolve selecção – entendida como “exercício de inclusão e exclusão de fatos, opiniões, juízos de valor” – e composição – “o arranjo desses elementos para produzir um certo significado”. “Sugiro

pensar em termos de *framing* como uma acção ou operação, em vez de “não é algo que se escolhe ou não fazer, mas uma operação necessária para falar sobre a realidade. Portanto, o que está em jogo na análise de framing como estratégia discursiva é como, e não se, um actor enquadra a realidade”, recomendou também (2008, p.169).

O enquadramento, ou *framing*, determinam o olhar jornalístico sobre a personagem e a proposta de leitura que sobre ela é feita, sugerem “como pensar”, e portanto “o que pensar” (McCombs e Shaw, 2000, p. 135) sobre alguma coisa ou alguém. Nesta perspectiva o poder de agendamento dos *media* combinar-se-ia com as propostas interpretativas sobre eles fornecidas. *Agenda-setting* e *framing* actuariam de modo articulado e complementar, o primeiro propondo o tema o segundo um interpretação sobre ele.

O *framing* far-se-ia portanto também sentir no modo como é lida a informação disponível. Toda a informação. Considerem-se, por exemplo, fotografias de arquivo do chefe de Governo de Timor-Leste ao lado do primeiro-ministro de Portugal, publicadas juntamente com os textos relativos ao caso dos magistrados. São imagens captadas noutros momentos, que, publicadas a par de informações sobre a expulsão de magistrados, estabelecem com elas uma relação metonímica, de implicação mútua, o que faz com que sejam lidas à luz de novas informações que determinam a sua descodificação, porque o modo como vemos “é condicionado pelo que sabemos ou acreditamos” (Berger, Blomberg, Fox, Dibb, e Hollis, 1972, p. 8).

No caso da fotografia de imprensa, a leitura é “dirigida” pelo dispositivo textual a que é associada. A imagem é condicionada pelo texto, seja ele título, legenda ou o próprio artigo. O texto teria aqui a função de *ancrage*, ou fixação de sentido (Barthes 1993, 1422): ao limitar os significados entre múltiplas possibilidades de leitura, exerce uma função “repressiva”, de restrição das possibilidades de interpretação. Uma mesma foto poderia, por hipótese, mostrar o Xanana heróico e o Xanana “proscrito”, dependendo do texto que lhe fixasse o sentido.

Personagens inacabadas

Em 2014, tal como 1999, Xanana Gusmão é linear, o que o aproxima da “personagem plana” – primeiro, o herói romântico, símbolo da resistência à ocupação indonésia; depois, o político medíocre, arrogante, mentiroso, capaz de interferir na autonomia do poder judicial para proteger interesses particulares. Num como noutro momento, ainda que nos antípodas entre si, os textos jornalísticos mais não fazem do que retratar Xanana de modo “plano”. Ao Xanana desinteressado e altruísta, defensor do interesse comum, sucede um Xanana igualmente “plano” mas de cariz diferente, defensor de interesses particulares ilegítimos.

Só uma leitura diacrónica dos cortes sincrónicos de 1999 e 2014 permitiria intuir um Xanana complexo, uma “personagem redonda”, ou “espessa”, no sentido proposto por Forster para figuras com caracterização não linear, multidimensional. Teríamos então um Xanana em que as características mudam, uma personagem “dinâmica”, na terminologia das “tipologias formais” identificadas por Ducrot e Todorov (1982, 274). Mas o carácter fragmentário do jornalismo, que faz em cada momento recortes das situações e das personagens, torna difícil que a personagem seja, num único momento, apreendida na sua complexidade. Afinal, também na narrativa literária a personagem se vai definindo “a pouco e pouco” (Hamon 1979, p. 100).

O exercício de identificação e comparação do Xanana de 1999 com o de 2014 confirma, como sugere McQuail (2003, p. 284), que os acontecimentos tendem a ser contados como “histórias de heróis e vilões”. E que nos jornais, nos *media* noticiosos, os heróis de um momento podem ser os vilões de outro, do mesmo modo que os vilões poderão teoricamente tornar-se heróis.

Com os factos noticiados em 2014, o olhar do *DN* e do *Público* sobre Xanana altera-se. O modo como é apresentado reforça a ideia de que a construção das personagens jornalísticas, bem como a sua identidade, tem uma relação estreita com os factos que protagonizam ou com os quais têm relação próxima. Isto porque, se não é possível isolar a informação jornalística dos condicionamentos políticos, económicos ou culturais envolventes, nem de actores e estratégias comunicacionais que a procuram influenciar, essa informação não deixa de ser, em regimes com liberdade de imprensa, o produto de factos que alimentam o fluxo noticioso e do comportamento dos protagonistas das notícias: um Xanana herói, mesmo angelical, dá lugar 15 anos depois ao Xanana vilão.

Novos dados, reais ou presumidos, levam a uma redefinição da personagem Xanana, que entra em colisão com atributos que anteriormente lhe eram associados e suscita interrogações sobre a natureza do antigo herói. “Quem és tu, José Alexandre ‘Kay Rala Xanana’ Gusmão (n. Manatuto, 1946)?”, pergunta um cronista do *Público*, intercalando o nome de guerra, ‘Kay Rala Xanana’, no meio do nome de baptismo, José Alexandre Gusmão (Martins, 2014).

A leitura dos trabalhos jornalísticos sobre Xanana em 1999 e das notícias de Novembro de 2014 indiciam que em momentos e contextos diferentes as mesmas personagens apresentam perfis diferentes. O José Alexandre Gusmão anónimo de 1975 e o Xanana Gusmão preso de 1992, quando tacticamente finge aceitar o domínio indonésio, não são o Xanana aclamado de 1999 nem o primeiro-ministro de 2014. Que tem como termo contraponto os atributos de herói que lhe foram atribuídos no passado.

O confronto da personagem em dois momentos confirma que os retratos jornalísticos são recortes localizados no tempo, porque na imprensa a personagem está “inacabada”, “não está completamente fixada nos estereótipos de um conjunto de imagens – ao contrário do que acontece com a personagem histórica romanesca – porque ela tem ainda um futuro” (Covo, 1991, p. 273).

Os textos de imprensa de tipo biográfico não seriam pois mais do que retratos provisórios, recortados no tempo, compostos pela informação disponível num determinado momento, influenciados pelo contexto socio-político em que são produzidos. Tal como enaltecem as suas personagens, e as podem elevar à categoria de semideuses, podem depois deixar cair os heróis episódicos que ajudaram a criar.

Jornais que constituem o corpus

Edições impressas do jornal *Diário de Notícias* de 8 de Setembro de 1999 e do *Público* de 19 de Setembro de 1999.

Edições impressas dos jornais *Diário de Notícias* e *Público* editadas entre os dias 4 e 27 de Novembro de 2014, inclusive.

Referências bibliográficas

- Livro de Estilo do Público ((1998). *Lisboa*. Público-Comunicação Social, SA.
- Barthes, R. (1993). Rethorique de l'image. In *Oeuvres Complètes*, Tome I (pp. 1417-1429). Paris: Editions du Seuil. (Originalmente publicado em *Communications*, (4), Seuil, Paris, Novembre, 1964).
- Berger, J.; Blomberg, S.; Fox, C.; Dibb, M. & Hollis, R. (1972). *Ways of seeing*. London: British Broadcast Corporation and Penguin Books.
- Carvalho, A. (2008). Media(ted) discourse and society. rethinking the framework of critical discourse analysis. *Journalism Studies*, (9) 2: 161-177.
- Cascais, F. (2001). *Dicionário de jornalismo*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Casteleiro J. M. (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. 1ª ed., vol. 1. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, Verbo.
- Correia, J. C. (2011). *O admirável mundo das notícias: Teorias e métodos*. Covilhã: LabCom Books. Acedido em 15 de Julho de 2017, em http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110524-correia_manual_noticial.pdf
- Correia, J. C. (2016). Prefácio. In A. Gradim, *Framing. O enquadramento das notícias* (pp. 7-14). Lisboa: Livros Horizonte.
- Covo, J. (1991). Le personnage historique construit par le journal. Porfirio Diaz et la presse madrilène. In J. Covo (ed.), *La construction du personnage historique, Aires hispanique et hispano-américaine* (pp. 273-278). Lille: Presses Universitaires de Lille.
- Couégnas, D. (1992). *Introduction à la paralittérature*. Paris: Éditions du Seuil.
- Ducrot, O. & Todorov, T. (1982). *Dicionário das ciências da linguagem*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Eder, J.; Jannidis, F. & Schneider, R. (2010). Characters in fictional worlds, an introduction. In J. Eder, F. Jannidis & R. Schneider (eds), *Characters in fictional worlds, understanding imaginary beings in literature, film and other media* (pp. 3-64). Berlin. De Gruyter.
- Entman, R. M. (1993). Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 43 (4): 51-58.
- Forster, E. M. (1982). *Aspects of the novel*. London: Penguin Books.
- Gradim, A. (2016). *Framing O enquadramento das notícias*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Hamon, P. (1979). Para um estatuto semiológico da personagem. In M. A. Seixo (ed.), *Categorias da narrativa* (pp. 85-112). Lisboa: Arcádia.
- Jannidis, F. (2009). Character. In P. Hühn, J. Pier, W. Schmid & J. Schönert (eds.), *Handbook of narratology* (pp. 14-29) Berlin: De Gruyten.
- Lits, M. (2001). Personne privée, personnage public, Médiatisation et éthique. *Communication*, 20 (2): 9-24. Acedido em 20 de Julho de 2017, em: <https://communication.revues.org/6497>

- Lits, M. (2009). La construction du personnage dans presse people. *Communication*, 27 (1): 124-138. Acedido a 20 de Julho de 2017, em: <http://communication.revues.org/1292>
- Matos, G. (1999). *A constituição de Timor-Leste como tema da opinião pública Portuguesa*. Tese de mestrado, ISCTE, Lisboa.
- McCombs, M. E. & Shaw, D. L. (2000). A evolução da pesquisa sobre o agendamento. In N. Traquina (org.), *O poder do jornalismo – análise e textos do poder do agendamento* (pp. 125-135). Coimbra: Minerva.
- McQuail, D. (2003). *Teoria da comunicação de massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Merril, J. C. (2000). Les quotidiens de référence dans le monde. *Les Cahiers du Journalisme*, 7: 10-14.
- Mesquita, M. (1998). *O jornalismo em análise – a coluna do provedor dos Leitores*. Coimbra: Minerva.
- Mesquita, M. (2003). *O Quarto equívoco. O poder dos media na sociedade Contemporânea*. Coimbra: Minerva.
- Monteiro, C. (2002). Covering the Lost Empire: the Portuguese media in East Timor. *Journalism Studies*, 3 (2): 277-287.
- Peixinho, A. T. & Marques, I. F. (2016). A personagem como estratégia de imersão em reportagens. In Mancinas-Chávez, R. (ed.), *Actas del I Congreso Internacional Comunicación y Pensamiento: Comunicacion y desarrollo social*, Sevilha, 9-11 de Março de 2016, Sevilha: Egre-gius, pp. 248-262. Acedido em 19 de Julho de 2017 em: <https://idus.us.es/xmlui/handle/11441/51566>
- Reis, C. (2016). *Pessoas de livro. Estudos sobre a personagem*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Rocha, J. M. (2011). *Quando Timor-Leste foi uma causa. A informação no Diário de Notícias e no Público em 1999*. Coimbra: Minerva.
- Soares, S. (14 de Novembro de 2014). Xanana Gusmão. Como está mudado o nosso herói da resistência. *i*: 26-27.
- Tuchman, G. (1972, Jan). Objectivity as strategic ritual: an examination of newsmen's notions of objectivity [Versão electrónica]. *American Journal of Sociology*, 77 (4): 660-679. Acedido em 23 de Agosto de 2017, em: www.researchgate.net/publication/246988634_Objectivity_as_Strategic_Ritual_An_Examination_of_Newsmen's_Notions_of_Objectivity